

Em simples carta transmitida por fax, o Planalto informou o presidente do Clube de Paris de que o Brasil havia decidido suspender o pagamento de uma parte dos seus compromissos com os organismos oficiais de crédito a partir do dia 1º de setembro. Estamos, desse modo, voltando à tática da moratória unilateral adotada no governo Sarney e que custou caro ao Brasil. Essa comunicação foi feita no momento em que se pretende obter um acordo com o FMI, cujo board é composto exatamente pelos representantes dos países do Clube de Paris.

Em fevereiro de 1992, o Brasil assinou com o Clube de Paris um acordo (Fase IV), que permitiu a

consolidação das dívidas contratadas depois de junho de 1988, data em que já se havia subscrito outro acordo (Fase III), que concretizava a dívida acertada até essa data. O pagamento dessa fase se iniciaria a partir de setembro de

A suspensão de pagamentos ao Clube de Paris representa uma volta à moratória unilateral

1993. Por isso, previra-se, no acordo Fase IV, que, entre fevereiro e agosto de 1993, o Clube de Paris incluiria o antigo acordo no novo, com uma condição: que o Brasil tivesse firmado um acordo

"stand by" com o FMI. Ocorre que até agora não se concluíram tais entendimentos. Por essa razão, terá o Brasil de honrar os compromissos de 1988, que representam um desembolso de US\$ 2,8 bilhões no período de setembro de 1993

até 30 de abril de 1995 (média de US\$ 140 milhões por mês) enquanto, nesse mesmo período, no quadro do acordo Fase IV, deverão os desembolsos chegar a US\$ 4,8 bilhões.

O governo brasileiro reconhece que dispomos de divisas para assumir tais compromissos, mas argumenta que o Banco Central não pode honrar aval dado pelo Tesouro Nacional, que está sem recursos para adquirir as divisas necessárias... O argumento parece estranho quando se verifica que, de repente, o Brasil passa a respeitar rigorosamente a legislação e não procura encontrar meios para honrar, até que se chegue a um acordo com o FMI, os compromissos internacionais que assumiu.

A decisão unilateral nos parece grave. De fato, depois de termos conseguido dissipar a nossa má reputação nos círculos financeiros

internacionais, voltamos a recorrer à moratória unilateral. Por outro lado, depois dos acordos com o Clube de Paris, havíamos conseguido novos créditos de fornecedores com juros baixos e a longo prazo. Pode-se ter a certeza de que tais transações voltarão a ser suspensas.

Mas o que nos parece mais grave é que se esteja tentando reanimar o "stand by" com o FMI, do qual depende não apenas a continuidade do acordo com o Clube de Paris, como também a concretização dos entendimentos com os bancos credores. Ora, são os países-membros do Clube de Paris que deverão decidir quanto à renovação do acordo "stand by", podendo-se prever que não serão tolerantes em relação ao Brasil. Cabe indagar: houve, da parte do Brasil, provocação de caráter político, ou apenas inabilidade?